

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO
(CBG)

DANIEL RAMOS DE SOUSA MESSIAS

A MEMÓRIA DE UM DISCURSO SILENCIOSO: perspectivas teóricas acerca das
relações entre memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio

Rio de Janeiro

2016

DANIEL RAMOS DE SOUSA MESSIAS

A MEMÓRIA DE UM DISCURSO SILENCIOSO: perspectivas teóricas acerca das
relações entre memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia
e Gestão de Unidades de Informação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro

2016

M585m Messias, Daniel Ramos de Sousa

A memória de um discurso silencioso: perspectivas teóricas acerca das relações entre memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio / Daniel Ramos de Sousa Messias. - Rio de Janeiro, 2016.

44 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Discurso. 4. Silêncio. I. Oliveira, Antônio J. B.. II. Título.

CDD 305

DANIEL RAMOS DE SOUSA MESSIAS

A MEMÓRIA DE UM DISCURSO SILENCIOSO: perspectivas teóricas acerca das relações entre memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em ____ de _____ de 2016.

Profa. Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Me. Robson Santos Costa
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. (Co-orientador)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira (Orientador)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A meus pais, cujo apoio e suporte foram essenciais para sua finalização.

AGRADECIMENTOS

A toda a minha família pelos longos anos de amor, carinho e compreensão.

A meu orientador, Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira, cuja ajuda, conselhos e apontamentos foram indispensáveis para a criação deste projeto.

A meus amigos, que me acompanharam durante essa longa caminhada, sempre dispostos a oferecer suporte nas horas necessárias.

Aos docentes do curso de biblioteconomia e G.U. I da UFRJ, que me ensinaram nesses últimos quatro anos da minha vida.

E, finalmente, gostaria de agradecer meus companheiros de sala, com quem passei grandes momentos durante minha formação.

Every man has his secret sorrows which
the world knows not; and often times we
call a man cold when he is only sad.

(Henry Wadsworth Longfellow)

RESUMO

Este trabalho tem como proposta uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio, a fim de compreender como estes conceitos se relacionam. Assim, o presente trabalho é sistematizado a partir do referencial teórico que discorre sobre os tópicos mencionados. Este possui como proposta de metodologia uma pesquisa bibliográfica, se aproveitando do conhecimento e de análises feitas por autores referenciados da área que foram selecionados como base teórica, para a elaboração deste.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Discurso. Silêncio.

ABSTRACT

This project involves a bibliographical revision of the concepts of memory, identity, discourse, oblivion and silence. The goal is to try to understand how these concepts can influence each other. Thus, this project's methodological proposal is the use of the concepts, analysis and knowledge publicized by key authors on the subject matter. These referenced authors will serve as the theoretical basis for the development and analysis made throughout this work.

Keywords: Memory. Identity. Discourse. Silence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2	METODOLOGIA	14
2.1	CAMPO EMPÍRICO.....	14
2.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	14
2.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	15
3	MEMÓRIA E IDENTIDADE	16
4	MEMÓRIA, SILÊNCIO E ESQUECIMENTO	27
5	O DISCURSO	33
5.1	MEMÓRIA DISCURSIVA E INTERDISCURSO	34
5.2	A ANÁLISE DO DISCURSO	36
6	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tentará discutir as noções de memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio; se sustentado nas noções abordadas por múltiplos autores altamente referenciados nessas áreas. O discurso, a memória, a identidade e o silêncio são tópicos de extrema importância, uma vez que estes influenciam o ser humano em uma miríade de maneiras, desde a formação individual de uma pessoa até a maneira na qual ela se relaciona com um grupo, a maneira na qual ela aprende quando pequena até a maneira como ela apresenta discursos como adulta, da formação de sua identidade individual até a maneira pela qual ela se percebe como membro de um coletivo ou nação e da maneira pela qual ela percebe a existência de memórias subterrâneas ou se mantém sua atenção apenas nas memórias nacionais.

Logo, a intenção deste trabalho é relacionar esses conceitos e tentar se aprofundar dentro de um debate teórico sobre as relações que estes possam vir a ter uns com os outros e como estes se influenciam.

Alguns veem discursos apenas como uma organização de palavras e frases, porém, através do discurso podem-se analisar vários fatos sobre um indivíduo, uma vez que um discurso é, aparentemente, uma obra pessoal; E essa obra só poderá ser assim considerada, porque esse ser humano viveu cercado de pessoas, absorvendo a influência do ambiente, desenvolvendo a sua memória individual a partir da memória coletiva, social, nacional e criando sua identidade.

O sujeito, diríamos, está para o discurso assim como o autor está para o texto. Se a relação do sujeito com o texto é da dispersão, no entanto a autoria implica em disciplina, organização, unidade. Assim como definimos o discurso como efeito de sentido entre locutores e consideramos, na sua contrapartida, o texto, como sendo uma unidade que podemos, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície linguística fechada nela mesma, assim também consideramos o sujeito como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, mas o autor, no entanto, é representação de unidade e delimita-se na prática social como função específica do sujeito. Como diz Vignaux (1979), o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade. No entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação. Para isso, diríamos, há na base de todo discurso em projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. (ORLANDI, 2009, p. 73).

Isso possibilita a análise de vários aspectos do ser humano que criou aquele discurso, uma vez que a memória individual de cada ser humano faz com que cada discurso criado tenha uma narrativa diferente, já que pessoas diferentes possuem experiências, conhecimentos, vidas, culturas e outras facetas únicas a elas. Porém, uma pergunta é necessária: Como esses conceitos se relacionam?

1.1 PROBLEMA

A problemática desse trabalho está na seguinte pergunta: Memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio se relacionam?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos estão delineados e organizados em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho terá como Objetivo Geral uma análise teórica dos conceitos de memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio e como estes se relacionam.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos estão divididos em:

- a) Apresentar os conceitos de memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio segundo autores altamente conceituados em suas áreas de estudo;
- b) Criar uma relação entre estes conceitos, demonstrando uma possível relação;
- c) Demonstrar teoricamente que esses são interdependentes.

1.3 JUSTIFICATIVA

Podemos considerar que bibliotecas são “Lugares de Memória”, locais capazes de armazenar a totalidade das experiências, conhecimentos e memórias humanas, tornando assim possível que essa miríade de informação desenvolvida seja preservada, e mais importante, acessada, fazendo com que pessoas possam explorar sociedades e conhecimentos do passado ou de outras culturas e locais no presente. Segundo Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993, P.13)

Mas para que esse fenômeno aconteça em bibliotecas, é necessário que um autor crie um documento, imbuído com suas experiências e memórias, que foram formadas a partir de sua relação interpessoal em um âmbito coletivo, social e localizado em um espaço tempo específico, esse documento pode ser armazenado, para depois poder ser acessado, fazendo com que todo esse conhecimento e experiência armazenado entre essas páginas possa ser visto por qualquer um, a qualquer momento. Tornando assim possível a expressão de saberes, conhecimentos e experiências para toda a humanidade.

Então, um entendimento sobre como os indivíduos formam suas memórias, como essa sofre influência do ambiente, como as memórias influenciam na formação da identidade e como todos esses fatores se transportam para os discursos, presentes hoje em todas as bibliotecas do mundo, são essenciais para compreender como melhorar esses “lugares de memória” para que seja possível então melhorá-las.

2 METODOLOGIA

O lócus de pesquisa que será utilizado nesse trabalho será bibliográfico, e terá como base material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos tendo em mente nomes que são reconhecidos nas áreas de estudo, tornando-os extremamente relevantes para uma pesquisa na área.

Este trabalho será realizado no intuito de se analisar as teorias, discussões e opiniões de todos esses autores que discutem os assuntos abordados no referencial teórico, e, segundo Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p.50)

Estes conceitos teóricos abordados serão depois empregados em uma comparação e discutidos em como se relacionam na realidade.

2.1 CAMPO EMPÍRICO

O campo empírico adotado para este trabalho foram os conceitos aplicados durante o referencial teórico deste, estes foram escolhidos pela relevância dos autores que os caracterizam, uma vez que estes são de alta importância para a área de estudo que será realizada neste trabalho.

2.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados analisados neste foram colhidos através de recomendações feitas pelo orientador, que sugeriu uma série de autores que segundo ele, seriam de extrema importância para o assunto que seria discutido. Uma vez que os autores foram selecionados, múltiplos livros e teses foram lidas e analisadas com o intuito de se achar as melhores definições possíveis para os conceitos que serão aplicados neste trabalho.

2.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

A população desse trabalho é composta por todos os autores que discutem os temas de memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio, uma vez que todos estes seriam de grande interesse para a expansão da base teórica deste trabalho. A amostra selecionada foram todos os materiais que continham alguma informação relevante sobre os temas a serem estudados.

3 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Descrever, conceituar e até mesmo analisar a memória pode ser considerado como algo extremamente complexo, uma vez este fenômeno pode ser estudado e compreendido através de diversos âmbitos e maneiras, graças às múltiplas áreas do conhecimento.

Então, a princípio, analisando a memória através do ponto de vista das ciências sociais, deve-se primeiro entendê-la como um fenômeno individual, íntimo e único de cada pessoa; mas não unicamente individual. Ela também deve ser entendida como um fenômeno coletivo, social e cultural, compreendida como uma ocorrência construída, não só através do singular, mas também do coletivo. Uma força que é constantemente submetida a transformações e mudanças, mas que existe em constante luta em face de sua incessante metamorfose.

Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social. (MORIN; PIATTELLI PALMARINI, 1974 apud LE GOFF, 1990, p. 366)

Logo, uma análise da memória deve começar mencionando uma de suas principais características, sua mutabilidade, presente tanto em seus aspectos individuais, quanto coletivos. Porém, é importante ressaltar a existência de marcos centrais dentro de algumas memórias, esses que seriam relativamente invariáveis ou imutáveis. Esses pontos servem o propósito de ajudar a caracterizar certos elementos da essência das próprias pessoas, elementos que se tornam verdades; enquanto esses elementos, inalteráveis, de extrema importância para o indivíduo não se modificam e se mantêm estáticos, outros elementos, suscetíveis, podem sofrer ações modificadoras, através da influência de um ambiente, locutor, interlocutor ou mesmo de um discurso.

Portanto, é necessária uma reflexão sobre os elementos que compõem a memória, uma vez que estes podem alterar uma de suas principais características, a mutabilidade. Considerando essa problemática, Pollak (1992) descreve três elementos, considerados essenciais para a constituição de memórias, individuais e coletivas, que foram classificados em:

- a) O primeiro elemento essencial é descrito como acontecimentos vividos pessoalmente, seguido por acontecimentos denominados como "vividos por tabela", assim denominados, por serem acontecimentos vividos pelo grupo à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos nos quais a pessoa nem sempre participou, porém, uma vez presente no imaginário, tomaram tanta força e importância, que é quase impossível para o indivíduo conseguir saber se houve ou não a sua participação. "[...] esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo." (POLLAK, 1992, p. 201)
- b) O segundo elemento seriam as pessoas e personagens, e podemos utilizar a mesma lógica empregada no elemento anterior, encontros com esses seres podem ser pessoalmente ou "por tabela". No entanto, vale ressaltar a impressão que deixaram no indivíduo, fazendo com que ele se transformasse. Então, a existência destes personagens no espaço-tempo da pessoa, se torna algo com uma importância questionável, uma vez que mesmo uma relação "indireta" tem a capacidade de causar grandes efeitos.
- c) E por último, o terceiro elemento, os lugares. Esse elemento surge através da existência de lugares que são considerados significativos, históricos e de maneira geral, são ligados a memórias, lembranças, que podem ser significativas tanto em âmbitos pessoais, quanto públicos, coletivos e/ou culturais. São os lugares de comemoração, os monumentos aos mortos, que podem servir como uma maneira de lembrar um período no qual a pessoa viveu, ou, visitar o local a qual ela realmente pertence "por tabela".

[...] diferentes elementos da memória, bem como os fenômenos de projeção e transferência que podem ocorrer dentro da organização da memória individual ou coletiva, já temos uma primeira caracterização, aproximada, do fenômeno da memória. A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. (POLLAK, 1992, p. 203)

Consequentemente, podemos então dizer que a memória é, pelo menos em parte, herdada, a partir das descrições dos três elementos que Pollak (1992), considera essenciais para a constituição da memória, através da noção de “por tabela”. A partir disto, é possível entender que esses elementos são herdados, a partir do contato pessoal entre uma pessoa e seu meio coletivo, social. Que são transferidos e projetados através de uma miríade de relações com existências físicas e imaginárias, logo, a memória ganha uma segunda característica, a seletividade, selecionando o que será registrado e o que será esquecido.

Mas essa característica causa problemas, a partir do momento em que ela está sendo expressa, qualquer memória pode vir a apresentar inconsistências. E são a partir de preocupações com essas possíveis inconsistências que um elemento de organização começa a ser criado nas memórias.

Em nível individual, esta organização, pode acontecer tanto de maneira consciente como inconsciente, uma vez que a memória individual é um fenômeno construído através de influência interna e externa. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, p. 204)

Entretanto, quando consideramos as qualidades da memória, Candau (2011) diferenciou o que chamou de memórias fortes e fracas, distinguindo-as a partir de três qualidades, a protomemória, a memória de evocação e a metamemória. Categorizando-as como:

- a) A protomemória, que pode ser descrita como a memória social incorporada no indivíduo, sendo expressa em seus gestos, práticas e linguagem, sendo realizada quase sem a necessidade de atenção, sem a consciência do próprio indivíduo;
- b) O segundo tipo de memória, a memória de evocação, se relaciona com o significado mais normalmente associado à palavra memória, sendo caracterizada como uma evocação ou recordação voluntária e invocação involuntária de lembranças autobiográficas do próprio indivíduo ou de uma memória enciclopédica;

- c) É a terceira memória, a metamemória, diz respeito à construção da identidade do indivíduo através de interação, é a representação de suas próprias lembranças e o conhecimento que possui delas. Candau desenvolve a relação entre a memória e a história, uma vez que para ele, a história é filha da memória e esta pode ou não legitimar o que a memória relata.

É através da destes conceitos que Candau (2011) tenta criar uma distinção entre memórias individuais e coletivas, relacionando as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, como faculdades puramente individuais, que então, não conseguem ser compartilhadas entre indivíduos. Apenas a terceira memória, a metamemória, que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, porque é um conjunto de representações de memórias, essas que vem do indivíduo e daqueles com quem ele se relaciona.

Outro importante tópico é a distinção entre memória forte e fraca. Memória forte que seria definida como uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda” (CANDAU, 2011, p. 44), essa memória é normalmente mais encontrada em pequenos grupos. Já a memória fraca não possui parâmetros bem definidos, essa seria muito dispersa e superficial, fazendo com que sua partilha com outros indivíduos seja extremamente difícil. A memória fraca pode ser um fator contribuinte para a deturpação de um grupo, uma vez que esta pode ser considerada desorganizadora de sentido, logo, a distinção entre estes dois tipos de memória esta na característica da memória forte de possuir a capacidade de estruturar os grupos humanos e ser um fator básico para a criação de identidade.

Então, uma vez que a memória pode ser descrita e compreendida de muitas maneiras, a possibilidade de mudança em como entendê-la é constante, especialmente quando consideramos as diversas áreas do conhecimento. Mas segundo Ricoeur (2003), esta que já foi uma vez considerada como uma construção linear, contemplada simplesmente como um ponto de partida para o entendimento da história, uma vez que os registros escritos que foram mantidos através das eras desenvolviam um percurso mais completo do que a memória poderia providenciar, uma vez que estes possuíam testemunhos escritos conservados, tornando possível um maior conhecimento da época, o que possibilitava a elaboração de documentos históricos.

Porém, as principais questões que devem ser realizadas quando se considera a memória como um fenômeno linear, são questões relacionadas à reapropriação de um passado histórico, muitas vezes por memórias que a própria história feriu e manipulou, logo, no que se diz respeito à memória, esta deve ser considerada mais do que apenas um ponto de partida da história.

Logo, quando tratamos a memória de um modo circular, esta poderá aparecer duas vezes ao longo de uma análise: como o início da história, quando se considera o ponto de vista da criação de registros escritos da história, e depois, como um possível canal da reapropriação de um passado histórico. Então, temos assim que relacionar a própria noção de representação do passado como memória, no entanto nesta estão reunidos três traços conflitantes: a presença, a ausência, a anterioridade. Uma vez que a memória resgata o passado e o retorna para o presente, porém essa recuperação raramente é íntegra, gerando dúvidas sobre sua fidedignidade. Uma vez que, uma memória construída, muitas vezes é uma memória revista, reanalisada e readaptada.

O testemunho é, num sentido, uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de alguma coisa que teve lugar; a testemunha diz: “creiam ou não, em mim, eu estava lá”. O outro recebe o seu testemunho, escreve-o e conserva-o. O testemunho é reforçado pela promessa de testemunhar de novo, se necessário; o que implica a fiabilidade da testemunha e dá ao testemunho a gravidade de um sermão. A dimensão fiduciária de todos os tipos de relações humanas é assim trazida à luz: tratados, pactos, contratos e outras interacções que repousam na nossa confiança na palavra do outro. Mas o testemunho é, ao mesmo tempo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental. É sempre possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos factos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas (RICOEUR, 2003, p. 3)

Então, estudando o fenômeno da memória e como ocorre sua formação, Halbwachs (1990) discute a importância de realizar as desigualdades que irão existir, entre a memória de um único indivíduo, em relação a uma memória coletiva, uma vez que ao analisarmos a memória coletiva é necessária grande atenção nos diversos eventos ou pontos de referência que fazem parte da estrutura da memória de um indivíduo, mas, que também se inserem na coletividade que pertencemos.

Esses pontos de referencia são ligações que conectam a memória de indivíduos através de similaridades.

Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (POLLAK, 1989, p.1)

No entanto, a análise Durkheimiana apresenta a possibilidade de observar fatos sociais como ações quantificáveis, criando assim a possibilidade de se analisar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, criando assim uma memória estruturada com hierarquias e classificações, que define o que é comum a um grupo e fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais existentes, fazendo com que um grupo possa se diferenciar de outro.

A ênfase dada na abordagem Durkheimiana se caracteriza pela enorme força modificadora da memória coletiva na sociedade e a sua duração, continuidade e estabilidade.

Porém Halbwachs (1990), não vê essa memória coletiva como uma imposição na sociedade, como uma força necessariamente negativa, ele considera as funções positivas que podem ser desempenhadas pela memória comum pertencente a um grupo, fazendo com que as pessoas desta comunidade se aproximem através da coesão social, e não por uma possível coerção. É por essa coesão que as pessoas começam a aderir ao grupo, criando laços de afetividade através de memórias em comum, logo, pode-se dizer que uma nação é a forma mais completa de um grupo, enquanto a memória coletiva completa seria considerada a memória nacional de uma população.

No entanto, também é necessário um processo de seletividade, de negociação, entre a memória individual e a coletiva, uma vez que a presença de discordâncias pode alienar o indivíduo, tanto de seu grupo, quanto de si mesmo.

"Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a

lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum." (POLLAK, 1989, p.1-2)

E o balanço entre os dois tipos de memória é essencial para o desenvolvimento da identidade dos indivíduos. Segundo Candau (2011), identidade é um conceito extremamente difícil de ser atribuído, uma vez que quando está se referindo a um indivíduo pode significar um estado ou até uma representação. No entanto, o conceito identidade não estaria correto sendo aplicado a um grupo, uma vez que a recorrência se torna algo difícil de designar em um grupo, fazendo com que o uso da palavra identidade seja usado de maneira mais metafórica, quando se referem à identidade cultural ou coletiva.

Porém até mesmo essa identidade cultural influencia os indivíduos, e existe a possibilidade de um grupo criar generalizações sobre outro, fazendo com que os indivíduos do grupo acabem absorvendo memórias culturais e sociais muitas vezes discriminatórias e as reaplicando com o passar do tempo, criando memórias individuais.

Logo, podemos afirmar que através da força exercida pela memória tanto nos indivíduos quanto nos grupos, essa se torna um fator constante na construção da identidade, e segundo Pollak (1992), através da literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise, existem três elementos essenciais da memória que ajudam a formação da identidade de um indivíduo:

- a) O primeiro se denomina de unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas definidas, sendo essa fronteira o próprio corpo do indivíduo, ou fronteiras definidas e mantidas pelo grupo, no caso de um coletivo;
- b) O segundo elemento é a continuidade dentro do tempo, tanto no sentido físico da palavra quanto também no sentido moral e psicológico de lembrança e continuidade;
- c) Finalmente, o terceiro, o sentimento de coerência, ou, que os diferentes elementos que compõe um indivíduo sejam unificados.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Porém, não existe um ser humano capaz de construir sua autoimagem sem a presença de mudanças, de negociações e até mesmo de transformações em função do seu ambiente social e seu convívio com outras pessoas. A construção da identidade de um indivíduo é um fenômeno que acontece acerca de outros, derivado da aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, realizado a partir da negociação e da interação direta e constante com outros. Assim, podemos afirmar que memória e identidade podem ser negociadas e se comunicar sem nenhum problema.

Contudo, Cuche (1996) caracteriza as diferenças entre as noções de cultura e identidade cultural, afirmando que ambas possuem grande ligação uma com a outra, porém, não devem ser confundidas. O autor afirma que em última instância, a cultura ainda pode existir sem consciência de identidade, ao mesmo tempo em que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura até que esta não tenha quase nada em comum com o que era anteriormente, enquanto a cultura é em grande parte dependente de processos inconscientes, a identidade se remete a normas de vinculação, que são conscientes e baseadas em oposições simbólicas.

A identidade é tão difícil de se delimitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional e dinâmico. É isto que lhe confere sua complexidade mas também o que lhe dá sua flexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações. (CUCHE, 1996, p. 196)

Então, podemos afirmar que a identidade é uma maneira de analisar as conexões dos âmbitos psicológicos e sociais de um indivíduo, indicando os diversos resultados das múltiplas interações sociais conduzidas entre ele e seu ambiente. Pode-se dizer que a identidade social de um indivíduo é caracterizada pela junção de todas as suas vinculações em um dado sistema social: vinculação a uma classe sexual, uma classe de idade, uma classe social, uma nação e muitas outras.

Logo, é a identidade que possibilita o indivíduo a se localizar e ser localizado em um sistema social. Essa identidade que não se refere unicamente aos

indivíduos, uma vez que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social.

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (POLLAK, 1992, p.204-205)

Então, segundo o ponto de vista de Cuche (1996), podemos afirmar que a identidade social é ao mesmo tempo uma força de inclusão e de exclusão: ela identifica os membros do grupo, todos aqueles que são idênticos dentro de certo ponto de vista, e o distingue de outros grupos, onde os membros são diferentes dentro deste mesmo ponto de vista, tornando-os um grupo separado do anterior. Através desta perspectiva, a identidade cultural pode parecer como uma maneira de categorização e de distinção entre grupos, muitas vezes baseada nas diferenças culturais.

“A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1996, p. 182). Então, a construção da identidade não pode ser caracterizada como uma ilusão, porque possui eficácia social, fazendo com que ela produza efeitos sociais reais, logo, essa é uma construção que desenvolve uma relação de oposição entre um grupo e todos os outros com que entra em contato.

Para Barth (1969 apud CUCHE, 1996, p. 200) deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Sua visão é a da identidade como um modo de categorização de pessoas utilizado por grupos para organizar o funcionamento e o que seria posto em suas trocas. Serviria também para definir a identidade de um grupo, mas o importante não é localizar e numerar os traços culturais que existem de diferente, mas sim de localizar aqueles traços que são mais comumente utilizados por membros do grupo para poderem afirmar e manter uma distinção cultural entre os dois, uma vez que a cultura particular por si própria não produz apenas uma identidade, e está é diferenciada das outras: a identidade de um grupo se resulta através das interações e dos procedimentos de diferenciação que são criados para ser utilizados em suas

relações, a identidade esta sempre se construindo e se reconstruindo, constantemente, devido as trocas sociais entre grupos e culturas distintas.

Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação à outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação. Na medida em que a identidade é sempre a resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional, na medida também em que ela é relativa, pois pode evoluir se a situação relacional mudar seria talvez preferível adotar com o conceito operatório para a análise o conceito de "identificação" do que a "identidade" (GALISSOT, 1987 apud CUCHE, 1996, p. 183).

A identificação pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. A identidade é sempre um a concessão, uma negociação entre uma "auto-identidade" definida por si mesmo e uma "hetero-identidade" ou uma "exo-identidade" definida pelos outros (SIMON, 1979, p. 24 apud CUCHE, 1996, p. 183-184).

Essa noção de auto-identidade muitas vezes tem uma legitimidade maior ou menor do que a hetero-identidade, dependendo é claro da relação de forças entre os grupos que estão em contato, esta pode ser até uma relação de forças simbólicas. Em situações de dominação a hetero-identidade normalmente se caracteriza por uma estigmatização dos grupos minoritários, frequentemente levando ao que é denominado de "identidade negativa".

Uma vez que um grupo foi definido como diferente em relação a algo em respeito dos majoritários, eles tendem a reconhecer essa diferença apenas com um aspecto negativo. Também é possível observar o desenvolvimento do fenômeno de desprezo por si mesmo, estes fenômenos que são extremamente frequentes, entre aqueles que participam do grupo dos dominados e são ligados à aceitação e à interiorização de uma imagem deles, porém, construída por seus dominadores. A "identidade negativa" vai aparecer então como algo vergonhoso e rejeitado em maior ou menor grau, o que fará com quem apresenta sinais dessa identidade tentar eliminá-la de qualquer maneira possível, ao menos tentar eliminar os sinais exteriores desta diferença negativa.

No entanto, uma mudança da situação de relações Interétnicas pode modificar profundamente a imagem negativa de um grupo. [...] A identidade é então o que está em jogo nas lutas sociais. Nem todos os grupos têm o mesmo "poder de identificação", pois esse poder

depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos. Nem todos os grupos têm o poder de nomear e de se nomear (CUCHE, 1996, p. 185-186)

Podemos então perceber que a determinação da identidade é uma ação importante, uma vez que grupos sociais em controle tentam impor uma “identidade negativa” a grupos sociais minoritários, essa luta pelo controle ocorre não apenas nos meios comuns, mas também na memória.

Uma vez que a memória dos dominadores se torna a memória oficial, a memória nacional, ganha seu espaço e é ensinada e difundida através de meios orais, escritos e artísticos; enquanto a memória dos dominados é silenciada, esquecida, esta que deve sobreviver apenas através do meio oral, ou do meio artístico escondido, uma memória em constante risco de “sumir”, e junto com ela, toda a identidade de um povo, toda a sua cultura, todo o seu coletivo.

Quando um grupo é dominado e sua identidade se torna negativa, sua memória se torna “subterrânea”.

4 MEMÓRIA, SILÊNCIO E ESQUECIMENTO

Muitos pensariam a memória como algo extremamente fraco em face do esquecimento, porém, desde Platão e Aristóteles, a memória não é discutida apenas em termos de presença e ausência, mas também de lembrança, rememoração, o que os antigos gregos denominaram de *anamnesis*, uma constante busca pelo que foi perdido ou ainda não encontrado.

Mnemosine, revelando ao poeta os segredos do passado, o introduz nos mistérios do além. A memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade. (LE GOFF, 1990, p. 378)

Segundo Ricoeur (2003) uma vez que a memória era considerada o ponto de princípio da história e algo necessário para a história escrita, o esquecimento era considerado uma ameaça para a memória, a reminiscência, a *anamnesis*, e assim o esquecimento era tido como um fator limitante do conhecimento histórico, algo que muitas vezes o impedia de conectar os acontecimentos passados. Logo, o autor traz o conceito de reconhecimento.

É a Bergson que devemos o ter recolocado o *reconhecimento* no centro de toda a problemática da memória. Em relação ao difícil conceito da sobrevivência das imagens do passado, seja qual for a junção feita entre as noções de reconhecimento e de sobrevivência do passado, o *reconhecimento*, tomado como um dado fenomenológico, permanece, como gosto de dizer, uma espécie de “pequeno milagre” (RICOEUR, 2003, p. 2)

Então, quando discutimos o assunto de silêncio e esquecimento, o autor Pollak (1989), traz em sua obra alguns exemplos históricos de como a memória de um grupo ou de certos indivíduos pode ser afetada por esses fenômenos.

O primeiro exemplo trago pelo autor fala sobre o papel desempenhado pela reescrita da história na União Soviética, em dois momentos fortes da destalinização, o primeiro deles ocorre através da denuncia de crimes estalinistas, pela primeira vez na história do país, que estava indissociavelmente ligada à da linha política, o que

resultou na destruição de signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e em seus países satélites. Essa primeira etapa da destalinização, foi conduzida de maneira discreta dentro do país, mas gerou um sentimento de raiva e manifestações, sendo a revolta húngara a mais importante dentre estas, que usaram da destruição das estátuas de Stalin como uma estratégia de integração para alcançarem sua independência e autonomia.

Essa primeira destalinização não conseguiu alterar a opinião popular, o mito histórico dominante de "Stalin pai dos pobres", devido principalmente à memória coletiva que permeava sobre o país, acabando com as tentativas de revisão da memória coletiva pelo momento. Essa preocupação com a memória estalinista só reemergiu cerca de trinta anos mais tarde. E finalmente durante os anos de 1950, foram realizadas novas revisões da memória stalinista gerou um movimento intelectual, com a ajuda de dissidentes agora reabilitados e, de maneira póstuma, de dirigentes que haviam sido vítimas do terror estalinista nos anos de 1930 e 1940, todos estes que foram tragos para este movimento devido ao sentimento de liberdade de crítica que despertou os inúmeros traumatismos ancorados, que ganharam uma nova forma em um movimento popular que se organizou em torno da construção de um monumento dedicado à memória das vítimas do estalinismo.

Pode-se então afirmar que este fenômeno de mudança, baseado na revisão de uma memória, traz a tona uma miríade de ressentimentos que foram acumulados no tempo e uma memória da dominação e de sofrimentos que antes jamais puderam ser expressos publicamente. Essa memória considerada "proibida" e, portanto, "clandestina" muitas vezes ocupa a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação e os meios artísticos, demonstrando uma separação entre certos membros da sociedade civil e a ideologia oficial de certos membros da sociedade e do estado, que pretende manter uma dominação hegemônica, mas uma vez que as memórias subterrâneas e silenciadas conseguem conquistar o espaço público, reivindicações e movimentos imprevisíveis se juntam a essa disputa da memória, neste caso, tomaram as formas das reivindicações de diferentes nacionalidades por liberdade.

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. [...] Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das

minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 2)

Podemos então perceber uma necessidade, dos dirigentes de estado, de associar uma profunda mudança política e social a uma revisão autocrítica do passado. Porém, existem riscos inerentes até a essa revisão, uma vez que aqueles que estão nos âmbitos dominantes não podem controlar as reivindicações formadas por aqueles que possuem memórias "subterrâneas", fazendo com que os tabus conservados pela memória oficial anterior comecem a cair. É importante lembrar-se da sobrevivência de todas essas lembranças traumatizantes, que esperaram dezenas de anos para serem expressas.

As lembranças que antes eram confinadas ao silêncio e só poderiam ser transmitidas de uma geração a outra, apenas oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas de sua própria maneira, ao longo do tempo, na memória de cada um que ouviu as palavras do passado serem recontadas.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.3)

O segundo exemplo trago por Pollak (1989), é o dos sobreviventes dos campos de concentração da segunda guerra mundial, que, após serem libertados, retornaram a alguns de seus países de origem, como Alemanha ou à Áustria. Nesse caso, o silêncio sobre o passado mantido por esses sobreviventes está ligado à sua necessidade de encontrar um modo de viver com todos aqueles que, de perto ou de longe, ou apenas através de consentimento implícito, assistiram à sua deportação.

Tentar não provocar o sentimento de culpa na maioria das pessoas passa então a se tornar um reflexo de proteção da minoria judia, que começa a retornar a esses países. Entretanto, essa atitude de silêncio, é reforçada pelo sentimento de culpa que as próprias vítimas podiam possuir. Esse sentimento de culpa era muitas vezes oculto, escondido no fundo das lembranças dessas vitimas, uma vez que a administração nazista conseguiu impor, em algumas ocasiões, partes importantes da gestão administrativa à comunidade judia, mesmo partes de sua política antissemita.

Os presos que eram representantes da comunidade judia acabaram negociando com as autoridades nazistas, esperando em primeiro caso poder alterar a política oficial que havia sido instaurada, porém, mais tarde, realizando suas limitadas opções, os representantes tentaram fazer o seu melhor para "limitar as perdas". E mesmo assim, a situação alcançada foi a qual se havia perdido até mesmo a esperança de poder negociar um melhor tratamento para os últimos empregados da comunidade.

Essa situação foi repetida em todas as cidades, onde comunidades judaicas importantes estavam presentes, e demonstra exatamente o que se torna aceitável para um grupo a partir do tempo, o que é negociável, a linha tênue entre tentar defender sua comunidade de um poder externo e comprometer com este para um "bem maior".

Então, quando confrontados com essas lembranças traumatizantes, o silêncio se impõe a todos, o desejo comum é o de querer evitar culpar as vítimas e suas ações nessas situações extremas. Mesmo assim, algumas vítimas, querem compartilhar essas lembranças "comprometedoras", mas acabam também preferindo guardar silêncio, repressivas na possibilidade de arriscarem um mal-entendido ou qualquer outra questão em face de uma situação tão grave. Seria melhor então adotar o silêncio, a fim de reforçar a consciência tranquila das pessoas e tentar esquecer aqueles que lhe fizeram tanto mal.

Poucos períodos históricos foram tão estudados como o nazismo, incluindo-se aí sua política anti-semita e a exterminação dos judeus. Entretanto, a despeito da abundante literatura e do lugar concedido a esse período nos meios de comunicação, freqüentemente ele permanece um tabu nas histórias individuais na Alemanha e na Áustria, nas conversas familiares e, mais ainda, nas biografias dos personagens públicos. Assim como as razões de um tal silêncio são compreensíveis no caso de antigos nazistas ou dos milhões de simpatizantes do regime, elas são difíceis de deslindar no caso das vítimas. (POLLAK, 1989, p.4)

Podemos então perceber, que em casos extremos como estes, o silêncio tem um motivo muito forte para existir. Para acabar com o ele, é preciso antes de qualquer coisa que os sobreviventes possam relatar seus sofrimentos, os acontecimentos de sua tragédia, é imperativo alguém para escutar. E quando retornaram, os deportados eram ouvidos, tinham quem os escutasse, mas a reconstrução pós-guerra rapidamente se tornou a prioridade de todos, uma vez que

as pessoas possuíam o desejo de retornar ao comum, reconstruir o que antes possuíam, assim, todos aqueles sobreviventes perderam seus ouvintes, que não tinham desejo de ouvir sobre os horrores dos campos.

Acoplado a todas essas razões políticas e sociais para o silêncio, existem aquelas que são do âmbito pessoal, quando pais querem poupar seus filhos destas lembranças terríveis e devastadoras. É apenas muitos anos depois que esse silêncio começa a ser rompido: quando testemunhas oculares chegam à idade avançada, existe o desejo de repassar suas lembranças, uma luta contra o esquecimento, junto do fator de seus descendentes também quererem saber.

É possível então, a partir de Pollak (1989), realizar a existência de uma linha tênue, entre tudo que é dizível e indizível, confessável e inconfessável, ela separa uma memória coletiva subterrânea das sociedades civis dominadas ou de grupos específicos, de memórias coletivas organizadas, que são a imagem pública que uma parte majoritária da sociedade ou que o estado deseja passar, e/ ou, impor.

Assim podemos notar que é diferenciar entre âmbitos favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas que podemos perceber até que ponto o presente colore o passado. Com o surgimento de certas lembranças, a ênfase é dada aspectos distintos, especialmente lembranças de guerras ou de grandes conflitos internos, sempre remetendo ao presente, alterando e reinterpretando o passado. Assim, há uma constante interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos.

O problema que então aparece, em longo prazo, para essas memórias marginalizadas e subterrâneas é o de transmissão; uma vez que manter uma mensagem intacta até o dia em que essas possam entrar na esfera pública, e passar do "não dito", a uma memória em luta, contra as que são consideradas e mantidas como oficiais e tomar seu espaço necessário, uma luta extremamente complexa, uma vez que toda memória oficial possui credibilidade, aceitação e organização, algo que é extremamente difícil de lutar contra.

Por isso a memória tem um dever, o de não esquecer. Já que muitas vezes a memória é a retomada de uma história de sofrimento, normalmente das vítimas.

Logo, quando falamos de esquecimento é preciso realizar que esse fenômeno é comum no campo da memória e da história, e diz respeito à noção de apagamento, destruição. Mas mesmo o apagamento não consegue acabar com o

problema do esquecimento, uma vez que este também está ligado ao processo de rememoração, uma vez que o que foi esquecido pode ser reencontrado, essas memórias estão apenas perdidas, indisponíveis, e não realmente desaparecidas.

No entanto, essa ambiguidade do esquecimento, não deve impedir o indivíduo de explorar esse conceito, e perceber que existem esquecimentos que podem ser solucionados. E para conseguir realizar isto, é necessário considerar o conceito de recordações, que podem ser descritas como narrativas; e qualquer narrativa é necessariamente seletiva.

Pecheux (1975 apud ORLANDI, 2007) afirma que o esquecimento também está presente no discurso, e que este pode ser distinguido de duas formas.

Um destes esquecimentos está presente através da ordem de enunciação, uma vez que quando falamos de certa maneira, com certas palavras, existe uma ligação, entre o que dizemos, e, o que poderíamos dizer; essa ligação que nem sempre é perceptível, consciente. Esse esquecimento produz a chamada ilusão referencial, nos fazendo pensar que existe uma relação direta entre o que dizemos, pensamos e o mundo, de forma que acreditamos que o que deve ser dito; só pode ser dito de uma maneira.

O outro esquecimento descrito por Pecheux é o chamado esquecimento ideológico, que nos afeta através do inconsciente e é o resultado que a ideologia tem sobre cada indivíduo. É devido a esse tipo de esquecimento que pensamos ser a origem do que dizemos e pensamos, embora sempre retomamos aspectos pré-existentes do passado.

Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 35-36)

Desde o momento em que nascemos os discursos já estão presentes no consciente público, eles não se originam em nós; apenas retomamos as ideologias que são apropriadas a nossa realidade e perspectiva e as alteramos, moldamos e refinamos; tanto sua linguagem quanto sua história, para que possam ser empregadas em nossos contextos.

5 O DISCURSO

O discurso é algo essencial para os seres humanos. Segundo Orlandi (2007, p.15) este pode ser caracterizado como: “palavra em movimento, prática de linguagem”.

Logo o discurso pode ser entendido como qualquer atividade onde há comunicação entre interlocutores, então devemos entendê-lo como uma atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes.

De acordo com Maingueneau (2004), o discurso apresenta algumas características fundamentais:

- a) Deve-se compreender o discurso como algo que vai além do nível puramente gramatical e linguístico. Este se apoia sobre as normas da linguagem, mas é extremamente importante realçar os interlocutores e a situação geográfica, temporal e histórica em que o discurso é produzido;
- b) Os produtores e leitores do discurso necessitam de conhecimentos lingüísticos, porém, é de extrema importância conhecimentos que vão além deste para que estes possam produzir e compreender o discurso de maneira adequada;
- c) Todo discurso é produzido por um alguém, que é responsável pelo que se diz e pelas opiniões expressadas;
- d) Todo o discurso pode ser considerado como uma conversa, uma vez que o autor cria o discurso para expressar algo para o leitor/ouvinte. Logo, esse autor terá alguma preocupação com o que será entendido por estes.

Para Pêcheux, o discurso se constitui a partir de uma memória e de um esquecimento, memórias diversas do autor, sejam essas de sua vida, sociedade, época, discursos que foram internalizados e esquecimento desses mesmos fatores. Os sentidos e memórias que todos os seres humanos possuem vão se relacionando e se modificando através da luta com outros sentidos e da modificação de outras memórias. Logo, existem situações aonde memória e sentido não conseguem se

conciliar, um dos dois foi afetado, e o resultado é uma aparente perda de sentido no discurso do falante, mesmo que muitas vezes este não consiga realizar esse fato, já que o discurso pode vir a fluir naturalmente.

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. “A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento.” (MALDIDIER, 2003, p. 15-16)

Então pode-se dizer que é através deste que ideias e opiniões são expostas para um público com intuítos diversos, às vezes o de mudar a opinião do leitor, às vezes o de expor novos conceitos e opiniões antes não considerados e às vezes apenas para expor os sentimentos do narrador sobre um tema ou acontecimento.

Orlandi (2007), também a relação entre o discurso e a memória e identidade, uma vez que todos os indivíduos estão sujeitos à linguagem, seus efeitos, seus equívocos.

Todo o discurso é constituído por alguns fatores, esses são a linguagem, o sujeito, a história e a ideologia. Logo, não podemos afirmar que exista neutralidade no uso desses signos, nem mesmo em seus usos mais cotidianos e simplórios, uma vez que enquanto esses estiverem sendo usados por seres humanos dotados de memórias e que possuem uma identidade, o discurso se torna um lugar de disputas ideológicas.

Então é necessário entender o discurso como uma produção de sentidos contínua, através de indivíduos que fazem parte de uma sociedade, que possuem memórias e que estão localizados em um momento histórico-temporal. É através de fatores como esse que a memória se liga diretamente ao discurso, mas essa relação pode ser mais facilmente observada a partir do fato de que todo discurso é construído acerca de outros, uma relação de apropriação que nem sempre é perceptível ao locutor, essa relação é denominada de interdiscurso, ou, memória discursiva.

5.1 MEMÓRIA DISCURSIVA E INTERDISCURSO

Pêcheux também enfatiza que a memória discursiva pode ser vista como interdiscurso, já que de uma maneira ou outra, é muitas vezes um saber alheio que faz com que nossas palavras e que nossos discursos possam transmitir o sentido desejado. Esse conhecimento adquirido previamente corresponde a algo nos foi falado anteriormente, porém, ele ainda continua influenciando os nossos próprios discursos.

Pêcheux (1999) fala também sobre a memória, e descreve que esta não deve ser entendida no sentido psicologista de “memória individual”, mas nos sentidos misturados entre os diversos tipos de memória, da memória mítica até a social, cultural, histórica e outras. A memória discursiva seria aquela que, quando deparados com um discurso, surge através da leitura e vem retrazer tudo que esta na memória do leitor sobre aquele assunto em particular, isso significa, os elementos citados e relatados, que foram construídos anteriormente pelo leitor através de suas experiências pessoais, esta traz discursos-transversos, uma “conversa” entre as experiências e memórias do autor, que foram descritas no discurso e essas mesmas que fazem parte da existência do leitor, por isso sua habilidade de leitura necessita da condição do legível em relação ao próprio legível.

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Assim, pode-se entender que a memória discursiva é o efeito da presença do interdiscurso, já que se trata de uma memória concebida como um local para mudanças, alterações, descobertas, conflitos, onde alguém pode visitar memórias, ideias e opiniões para reformula-las e altera-las para readaptar seu discurso.

De acordo com Courtine (1999), as confusões relacionadas a problemas discursivos, acontecem devido às retomadas de um discurso a outro, o que acaba apagando os vestígios ou as evidências que poderiam levar o leitor ao discurso original. O interdiscurso acontece através de citação, recitação e construções, que levam os objetos do discurso em que as ideias, teorias e opiniões se sustentam ao mesmo passo em que se pode identificar o sujeito que discursa através dessas citações e recitações. Assim, segundo Funo (2012, p.06) “O sujeito falante pode vir a

se esquecer da formação discursiva à qual pertence, e esse esquecimento possibilita a quem enuncia a ilusão de ser a origem do que diz.”.

O interdiscurso como preenchimento produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável (COURTINE, 1999, p. 22)

Logo, segundo Melo (1999): “A noção de memória discursiva exerce, portanto, uma função ambígua no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera”. Então, pode-se dizer que é através da memória discursiva que acontece a criação de discursos que podem vir a referenciar e citar discursos anteriores. Por isso a memória discursiva permitirá através da possibilidade de referência o surgimento, a rejeição ou a transformação de discursos que antes eram academicamente, socialmente ou culturalmente aceitos.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os discursos pertencentes a um indivíduo podem ser reapropriados de maneira livre por qualquer outro locutor que deseje usar seu discurso.

5.2 A ANÁLISE DO DISCURSO

Porém, uma vez que os discursos são criados, eles são submetidos a análises, sejam essas por acadêmicos ou apenas por leitores que ocasionalmente encontram o discurso e acham a prerrogativa do que está sendo discutido interessante. Essa Análise do Discurso (AD) entra como uma forma de analisar o contexto deste, então a AD se preocupa principalmente com o modo de produção do discurso, e os sentidos que são expostos por este.

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 09).

É importante entender que na AD o texto sempre deve ser abordado em contextos amplos e diversos, discutindo as relações e intenções dos locutores e dos

interlocutores, sempre com o intuito de analisar suas histórias e suas situações, uma vez que, o que acontece durante as criações dos discursos tem um impacto direto na ideologia que será exposta nestes. Logo, discursos analisados através da AD não podem ser tomados como algo simplório ou direto. Estes devem ser considerados, refletidos e analisados como trabalhos complexos. Já que, cada discurso pode vir a possuir grandes quantidades de sentidos.

O entendimento desses discursos pode vir a ser extremamente difícil, uma vez que depende do locutor expor seu entendimento sobre o assunto, sobre suas experiências pessoais e outros fatores sociais e históricos que entram em discursos através do subconsciente. Orlandi (2007, p.26) vem a descrever o objetivo da AD como: “A compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos.”. Demonstrando assim, que cada análise dentro da AD é singular, única, já que esta pode estar enraizada em diferentes conceitos e diferentes significados.

O mesmo acontece com o leitor, que depende do seu entendimento sobre o assunto, de suas experiências pessoais e do seu conhecimento sobre a sociedade e a cultura em que o autor do discurso estava inserido, para poder ter um panorama mais completo sobre a mensagem que o autor estava querendo passar.

Logo, pode-se dizer que os significados expostos pela AD trazem a tona uma parte da memória discursiva, uma vez que a criação de discursos por indivíduos de épocas diferentes, ideias diferentes, culturas e classes diferentes, podem ser analisados de diversas maneiras, gerando a possibilidade de múltiplos entendimentos sobre uma mesma obra devido a diversa quantidade de leitores que podem se relacionar com quantidades extremamente variáveis destes discursos; Que estão sendo analisados por indivíduos de âmbitos socioculturais extremamente variados. Essas obras acabam sendo desconstruídas, analisadas e “dissecadas”, uma vez que cada leitor procura identificar um pouco de sua realidade ou de suas opiniões dentro desses discursos. E esses fatores são as bases para o entendimento dos discursos, Junto com a memória que cada leitor possui sobre as informações acerca do discurso que esta sendo analisado. Assim, segundo Patriota e Turton:

Dentro dos postulados da AD Francesa, cada sujeito, na produção de um discurso, promove uma relação deste discurso em formulação

com o interdiscurso ou memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres que já foram, de fato, ditos. (PATRIOTA; TURTON, 2004, p.14)

Durante o período de crescimento das Ciências Sociais, Michel Pêcheux e a Teoria do Discurso começam a ganhar popularidade, a Análise do Discurso de orientação francesa em suas bases teóricas, incitam questões sobre o envolvimento do “sentido” dos discursos e sobre os criadores destes. Pêcheux foi um grande pesquisador nessa área, procurando entender a relação entre o sujeito que cria o discurso, o sentido que este deseja expressar em seu discurso e como este sujeito tenta conectar suas experiências sociais e culturais dentro deste para expor suas convicções. O conceito de memória discursiva e interdiscurso também foram aspectos centrais para a análise deste teórico, uma vez que estes estão diretamente ligados com o discurso e a relação de entendimento entre o autor e seu leitor, que por muitas vezes pode vir a reescrever algo usando o que foi lido anteriormente como uma base de conhecimento.

6 CONCLUSÃO

Em conclusão, podemos perceber que memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio são conceitos que se entrelaçam em uma linha nem sempre direta e de fácil entendimento.

Então, é possível afirmar que indivíduos evocam e invocam lembranças de múltiplos âmbitos, não apenas para seu uso diário, mas também para a formação de sua identidade. Essas memórias são construções discursivas, feitas a partir da relação interpessoal entre indivíduos, em âmbitos sociais, coletivos e culturais.

Essa rememoração do passado demonstra que o ser humano é capaz de criar e alterar memórias em âmbitos pessoais e coletivos, o “por tabela” de Pollak (1992), porém, não podemos afirmar que esses processos são perfeitos, fazendo com que seja quase impossível relembrar uma memória com precisão e exatidão, fazendo com que ela sofra transformações constantes a partir da evolução do indivíduo que as relembra.

Logo, essas memórias sofrem a ação constante do esquecimento, algo que esta intimamente ligado à memória, uma vez que essa é seletiva, nem tudo é lembrado. Essa relação permite a rememoração, memórias que estão esquecidas não estão necessariamente perdidas. Esse fenômeno também mantém uma relação direta com o discurso, uma vez que memórias podem ser reescritas, “apagadas” do coletivo, mas para isso, é necessário um discurso capaz de convencer as pessoas a abandonar suas visões já estabelecidas.

Logo, os conceitos se relacionam constantemente, uma vez que o ser humano nasce dentro de um contexto coletivo, sócio-histórico e cultural, e então vai crescer desenvolvendo sua identidade a partir de um jogo simultâneo e complexo de suas memórias pessoais e herdadas (coletivas), que também estão se interpenetrando a todo o momento. A partir do desenvolvimento de suas identidades, os indivíduos vão então criar e reproduzir discursos, essas narrativas que sempre são embasadas, consciente ou inconscientemente, por suas experiências e conhecimentos. A partir da divulgação desses discursos, esse indivíduo pode então influenciar seu meio, trazer mudanças para os contextos culturais, sociais e coletivos. A perspectiva discursiva, nesta abordagem, é o lugar por excelência da produção de identidades e atualização de memórias.

Em suma, todos esses conceitos se relacionam constantemente na vida diária de todos os seres humanos, alterando suas percepções de realidade e identidade, fazendo com que narrativas sejam criadas e alteradas, trazendo mudanças constantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogênese**, [S.l.]. v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL, Luciana Leão. Como se formou o campo da análise de discurso. **Entremeios**, [S.l.]. v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/20.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2014.

CANDAU, Joël (2011). Memória e identidade. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

COURTINE, J. J. (1999). O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FERREIRA, M.C.L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs). **Michel Pêcheux & Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, M.C.L. Análise do discurso, herança e filiações: uma questão mal resolvida. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. (orgs). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: ClaraLuz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

_____. **A ordem do discurso**. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. O sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

FUNO, Ludmila Belotti Andreu. Memória discursiva e esquecimento: revisitando o chapéu de clémentis. **Palimpsesto**, [S.l.]. Ano. 11, n. 15, 2012. Disponível em: <<http://www.pglettras.uerj.br/palimpsesto/num15/estudos/palimpsesto15estudos04.pdf>>. Acesso em 25 set.. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Do discurso as formações ideológica e imaginária: Análise de discurso segundo Pêcheux e Orlandi. **Revista de enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro. v. 15, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n4/v15n4a13.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2014.

GOMES DA SILVA, Telma Cristina. O Interdiscurso no gênero charge: um estudo do discurso humorístico sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa. **Revista eletrônica de linguística**, [S.l.]. v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14742/9604>>. Acesso em 01 ago. 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

HALBWACKS, M. A **memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

_____. Prática discursiva. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso: História e Práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MELO, C. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva**. Campinas, São Paulo: Tese de doutorado em linguística, Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Universidade de Campinas - São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000188701>>. Acesso em 19 set.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em 15 mar. 2016.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Discurso & Leitura**. 6ª Ed. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

_____. **Discurso e Texto**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2008.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em aberto**, Brasília. Ano. 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em 26 set. 2014.

PATRIOTA, Karla Regina Macena Pereira; TURTON, Alessandra Navaes. Memória discursiva: sentidos e significações nos discursos religiosos da TV. **Ciências & cognição**, [S.l.]. v. 1, p. 13-21, 2004. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v01/cec_vol_1_m3144.pdf>. Acesso em 16 set. 2014.

PAULON, Andréa; VARGAS DO NASCIMENTO, Jarbas; LARUCCIA, Mauro Maia. Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos. **Diálogos Interdisciplinares**, [S.l.]. v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www3.brazcubas.br/ojs2/index.php/dialogos/article/view/42/54>>. Acesso em 01 out. 2014.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HACK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos. n. 3, Rio de Janeiro, 1989

_____. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. N. 10, Rio de Janeiro, 1992.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. **Revista letras**, Curitiba. n. 61, especial, p. 253-269, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/possenti.pdf>. Acesso em 25 ago. 2014.

RICOEUR, Paul. Transcrição de comunicação na conferência “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”, Budapeste, 2003. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia>. Acesso em 25 dez. 2015.

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas (SP): Papyrus. 1996

SARGETINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2004.